



COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE PETRÓLEO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Ata da 21ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL
DE PETRÓLEO – CT- PETRO**

Data: 21 de agosto de 2003

Horário: 10:00 às 13 horas

Local: Ministério da Ciência e Tecnologia - Brasília

I – PRESENTES

I.1– Membros titulares e substitutos do Comitê Gestor

- 1 – Francelino Lamy de Miranda Grando (Presidente) – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
- 2 – Maria das Graças Silva Foster (Titular) – Ministério de Minas e Energia – MME
- 3 – Sérgio Machado Rezende (Titular) - Financiadora de Estudos e Projetos – Finep
- 4 – José Roberto Leite (Titular) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- 5 – Jailson Bittencourt de Andrade (Titular) – Comunidade Científica
- 6 – Osvaldo Vidal Trevisan (Titular) – Comunidade Científica
- 7 – Álvaro Alves Teixeira (Titular) – Setor Produtivo
- 8 – Ralph Lima Terra (Titular) – Setor Produtivo
- 9 – John Milne Albuquerque Forman (Titular) – Agência Nacional do Petróleo - ANP

I.2 – Grupo de Apoio Técnico – GAT

- 1 – João Valentim Bin (Coordenador) – MCT
- 2 – Rogério Amaury de Medeiros – Finep
- 3 – Felizardo Penalva da Silva – CNPq

I.3 – Demais Presentes

- 1 – Roberto Jaguaribe – MDIC
- 2 - Beto Ferreira Vasconcelos – MCT
- 3 – Cláudio Eduardo da Costa Júdice – MCT
- 4 - Nivaldo Sanches Tetti – Associação Brasileira de Indústrias de Base - ABDIB
- 5 – Raimar Van Den Bylaardt – ANP
- 6 – João José de N. Souto – MME
- 7 – Aldo Pinheiro da Fonseca – MCT
- 8 – Marlon José de Lima – CNPq
- 9 – Ivan Araripe P. Freitas – CNPq
- 10 – Carlos^a P. Niederauer – CNPq
- 11 – Nivaldo B. Coelho – MCT

II – ANDAMENTO DA REUNIÃO

II.1 – Abertura

O Prof^o Francelino Grando (Presidente do Comitê) abriu a reunião cumprimentando a todos externando a satisfação e privilégio de coordenar o Fundo Setorial de Petróleo e Gás. Teceu alguns comentários sobre as linhas gerais que estão sendo desenvolvidas dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia com ampla participação dos mais diversos setores, desde o setor produtivo à academia e, que usou os meses de abril e maio para gerar um relatório de sugestões para a condição geral dos fundos setoriais de maneira a que eles tivessem uma gestão coordenada e atendessem a objetivos convergentes, pois a implantação dos fundos setoriais nos últimos anos começando pelo petróleo, e sucedido por diversos outros (hoje um conjunto de 14 fundos), tiveram a sua atenção dedicada a uma implantação, o que pode se chamar de fase subjetiva, e hoje existe a responsabilidade de passar para a fase substantiva, ou seja, buscar fazer que com que esses mecanismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico gerados no governo passado, possam então ter um aprimoramento. O Ministério com a sua atribuição e competência legal oferece subsídios para os diversos comitês que tem também suas competências, suas atribuições legais e sua autonomia para a disposição sobre os recursos e a escolha dos seus objetivos políticos institucionais.

Informou a todos sobre a criação do Grupo de Apoio Técnico (GAT), composto por técnicos do MCT, Finep e CNPq, coordenado pelo MCT. Disse que o GAT será responsável por todo o trabalho que resultará num conjunto de sugestões que serão trazidos ao Comitê Gestor, inclusive foi preparado um relatório com propostas de linhas de ação que já foram apresentadas e discutidas entre os presidentes dos comitês que se reuniram sistematicamente com o Secretário Executivos do MCT com o intuito de agregar as diversas informações e as diversas estratégias setoriais, para que, no âmbito da Secretaria Executiva, se tenha essa visão do conjunto. Esse relatório encontra-se nas pastas que foram distribuídas. Apresentou o Sr. Aldo Pinheiro (MCT) como o Assessor da Secretaria Executiva dedicado ao acompanhamento dos Fundos Setoriais. Agradeceu a presença do Sr. Roberto Jaguaribe (Secretário Nacional de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio) que veio a seu convite e, solicitou o consenso do Comitê para que esse convite fosse permanente no sentido de participação, com o intuito de interação lógica de um governo integrado e coeso entre o que é feito no âmbito CT-Petro e as ações que são feitas pelo MDIC, especialmente na Secretária de Tecnologia Industrial (STI).

Comentou sobre o papel muito relevante no âmbito da gestão do Ministro Roberto Amaral para as duas agências executoras (Finep e CNPq).

II.2 – Aprovação da Ata da 20ª Reunião

A Ata não foi aprovada, ficando para leitura e análise dos Membros do Comitê para deliberação na próxima reunião.

II.3 – Apresentação/Debates

O Sr. Rogério Medeiros (Finep) apresentou as ações desenvolvidas pelo CT-Petro desde a sua criação no ano 1999 até os dias de hoje no que tange as responsabilidades da Finep. Na seqüência, o Sr. José Roberto Leite (Representante do CNPq) solicitou ao Sr. Carlos Pitaluga (CNPq) para apresentar também as ações realizadas pelo CNPq, no âmbito do CT-Petro. Após as apresentações a palavra foi franqueada aos Membros do Comitê para comentários, questionamentos e esclarecimentos.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) perguntou ao Sr. Rogério (Finep) quanto se está arrecadando de royalties, qual é a percentagem devida por lei e em quanto isso importa. O Sr. Sérgio Rezende (Finep) respondeu que os governos anteriores e que o atual está na mesma linha, tem uma previsão de receita de um certo valor, há na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, uma determinação que o setor de ciência e tecnologia não pode ser contingenciado, então eles criaram a reserva de contingência, que é nominalmente diferente mas praticamente a mesma coisa. O resultado é que para 2003 a previsão de receita para todos os fundos era de R\$ 1,2 (um bilhão e duzentos milhões) entretanto o orçamento autorizado foi de R\$ 600 milhões. Para o próximo ano, a previsão total de receita dos fundos é de R\$ 1,4 bilhões e o Ministério do Planejamento autorizou o MCT a apresentar um orçamento igual ao de 2003, de modo que o CT-Petro deve ter uma arrecadação anual na ordem de R\$ 250 a 300 milhões e autorização para empenhar menos da metade disso e a diferença fica reservado é o que chamamos de “superavit primário”. Informou que existe hoje uma Desvinculação das Receitas da União - DRU no valor de 20%, mas que no caso dos Fundos Setoriais essa desvinculação é no valor de 50%. Informou também que, para o CT-Petro fora os recursos para pagamento de pessoal, existe R\$ 20 milhões para projetos. Por essa razão foi apresentado uma tabela sem valores, somente com sugestões de seis linhas de ação, sendo que estas sugestões foram discutidas em reunião envolvendo o Ministério de Ciência e Tecnologia e suas Agências, e o Ministério de Minas e Energia. Saliu ainda que, esses valores precisam ser deliberados nesta reunião para que haja tempo hábil de preparar e publicar os editais, fazer contratação e liberar recursos ainda em 2003. Informou que em 2002 foi executado R\$ 316 milhões, em 2003 temos autorização financeira para executar em torno de R\$ 500 milhões, foram executados por volta de R\$ 300 milhões. Portanto a execução financeira desse ano está 50% melhor que o ano passado..

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) perguntou ao Sr. Sérgio (Finep), se existe a possibilidade desse estoque de recursos contingenciado serem gradativamente retomados por cada um dos Fundos Setoriais. O Sr. Sérgio (Finep) respondeu que neste ano a possibilidade é pequena, visto que ainda estão sendo pagos projetos anteriores. Falou também se for executado o que está previsto e autorizado, certamente será 50% a mais do que foi executado ano passado.

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) salientou que umas das funções do CT-Petro é exercer sua força política das suas instituições e pressionar no bom sentido de que esses recursos tão logo resolvidos os motivos pelos quais o governo anterior e o governo atual acharam por bem contingenciar, sejam descontingenciados.

O Sr. John Forman (ANP) explicou que esse processo orçamentário da união se inicia pela proposta de Lei Orçamentária Anual - LOA, que está sendo encaminhada ao congresso agora. Normalmente ao encaminhar esse orçamento que vai ser apreciado pelo Congresso, o Planejamento já retira parte daquilo que está previsto como recurso. No final do governo passado foi encaminhado um projeto de Lei ao Congresso nº 7188 que pretendia reduzir efetivamente a 50% estes recursos. Há um substitutivo que não reduz, passou pela Comissão de Minas e Energia, Finanças e Infra-estrutura e agora está na Comissão de Constituição da Câmara. Então se há interesse em apoiar politicamente alguma coisa sugiro que seja dado apoio a este projeto. Outra observação de caráter geral é que a criação desses fundos no governo passado, foi realmente um fato extraordinário porque os administradores da Fazenda e Planejamento não veem com bons olhos os fundos do tipo que foram criados.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) informou que a notícia que a Finep trouxe não é muito animadora, pois no ano que vem será repetido o mesmo orçamento desse ano, que somente cobre por muitas vezes os projetos contratados. Este Fundo foi instalado e muito bem instalado até para suprir uma mudança de concepção de monopólio e todo desenvolvimento tecnológico baseado em cima de monopólio da Petrobrás sendo substituído pelo Estado assumindo este papel através de um Fundo que começou bem com a universidade e os centros de pesquisa participando de uma forma intensa e agora há dois anos cai num processo que parece se repetir a estória de todas as instituições passadas no Brasil, quando se instala algum processo interessante.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) disse compartilhar com todas as manifestações, porém acha que

os esforços devam ser com a regulamentação do FNDCT. Quanto ao contingenciamento é uma questão complexa, a tendência não é boa, cria-se novos impostos para fins específicos depois os fins específicos são esquecidos e os impostos permanecem e incorporam-se nos gastos gerais.

O Sr. Álvaro Teixeira (Setor Produtivo) comentou que o IBP partilha dessa preocupação e está à disposição para apoiar qualquer iniciativa. Ele solicitou maiores esclarecimentos quanto a questão do CT-Petro estar alocado no FNDCT. O Sr. Sérgio (Finep) explicou que quando os fundos setoriais foram criados e o CT-Petro foi o primeiro, o MCT percebeu que dificilmente ele sobreviveria se não fosse alocado a um fundo existente, no caso era o FNDCT. O FNDCT existia desde 1971 mas com a constituição, nunca foi regulamentado. Atualmente falta pouco para ele ser aprovado e sancionado.

O Sr. Ralph (Setor Produtivo) perguntou ao Prof^o Grando se não seria esta uma questão prioritária no sentido de concentrar esforços de todas as instituições e acelerar o processo de regulamentação do FNDCT, de modo que os fundos setoriais adquiririam uma “blindagem contra as questões de contingenciamento”.

A Sr. Maria das Graças (MME) por questões de agenda chegou nesse momento da reunião. O Prof^o Grando (Presidente) fez um breve resumo da reunião até aquele momento para que a Sra. Maria das Graças (MME) pudesse se situar.

O Prof^o Grando (Presidente) comentou sobre um diálogo entre o Ministro Roberto Amaral e o Sr. Ênio Candoti (SBPC), quando o mesmo colocou a SBPC à disposição para somar esforços a luta em defesa dos fundos setoriais.

O Sr. Jonh Forman (ANP) informou sobre o contexto da indústria de petróleo que participação do PIB de 2.7% para 6%, ou seja, em um país com todas as dificuldades esse setor industrial tem tido uma atuação excepcional. Informou ainda que, tem sido excepcional também os resultados em descobertas de novas reservas e o aumento de produção, que tem como consequência direta e imediata o aumento dos royalties, o que tem como consequência imediata o aumento dos valores que deveriam ser alocados ao CT-Petro. Afirmou ainda que , dentro desse contexto têm-se justificativa para tentar descontingenciar os recursos, pelo menos do CT-Petro.

II.4 – Orçamento

O Prof. Francelino Grando (Presidente) relatou que seria importante aprovar de maneira emergencial a aplicação de recursos e, que sugestões sobre novas linhas seriam bem-vindas, e se possível pudessem ser deliberadas nessa reunião. Em relação ao orçamento de 2004, deveríamos deliberar nos próximos 60 dias para elaboração do plano de trabalho que vigorará a partir de 2004.

O Sr. Jailson (Comunidade Científica) mencionou da necessidade de trabalhar olhando para o futuro, mas preferia debater nas próximas reuniões os investimentos para os próximos anos. Mencionou da necessidade de avaliar as ações do passado de modo a validar o uso dos atuais instrumentos. Mencionou a importância de não comprometer mais do que R\$ 20 milhões do ano de 2004 nessa reunião.

O Sr. Rogério (Finep) mencionou que em 2002 não houve novas ações e que para 2004 está comprometido cerca de \$ 5milhões.

Ação 1 – Apoio à Pesquisa Básica em áreas com potencial aplicação no setor de petróleo e gás natural.

O Sr. José Roberto Leite (CNPq) elogiou a atitude do Comitê Gestor quando colocou em andamento um Programa de Mestrado e Doutorado, visando à formação de recursos humanos. Informou que o CNPq acabou de concluir o Edital chamado “UNIVERSAL” aberto a todos os

grupos de pesquisa do país, de maneira livre, para que possam realizar a contento sua pesquisa nas universidades e nos institutos de pesquisa. Nesse edital estava previsto 30 milhões para distribuição e houve uma demanda de mais de R\$ 300 milhões, ressaltando que, em sua grande maioria, os projetos detinham grande mérito. Mencionou a importância de incentivar o uso de materiais especiais e da nanotecnologia na área de petróleo e gás. A proposta é que seja lançado um Edital sendo proposto o montante de R\$ 6 milhões para 2003 com reflexo de R\$ 6 milhões para 2004.

Ação 2 – Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural (parceria universidade-empresa)

O Sr. Rogério (Finep) explicou como funciona essa linha de ação. Mencionou que esse modelo de funcionamento possibilitou a alavancagem de recursos de contrapartida financeira das empresas e que esse instrumento está razoavelmente consolidado. Informou que, quando as contrapartidas chegam a 50% as empresas passam a não mais se interessar por esse instrumento. Desta forma, achamos que a contrapartida deva ser entre 20% e 50% de acordo com o porte as empresas.

A Sra. Maria das Graças (MME) mencionou que, gostaria houvesse flexibilidade na formulação dos editais e que no final da reunião apresentaria uma proposta para tanto. Relatou ainda da necessidade urgente de desenhar um trabalho para a próxima semana de forma a mapear a demanda de inúmeros grupos de pesquisadores que procuram o MME através da Secretaria do Gás Natural.

Ação 3 – Apoio complementar às Redes Cooperativas de Pesquisa, Inovação e Transferência de Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (N/NE)

A Sra. Maria das Graças (MME) comentou que tem uma grande preocupação com relação a manutenção das Redes Cooperativas no Norte e Nordeste, pois essas regiões são prioridades no atual governo. O Sr. Jailson Bittencourt (Comunidade Científica) concorda com a colocação da Sra. Maria das Graças (MME) em relação a necessidade de manutenção do funcionamento das redes em funcionamento, mas preferia dar apoio a formação de novas redes.

O Sr. Rogério (Finep) complementou relatando a dificuldade de colocar em operação as Redes Cooperativas de pesquisa mas que no momento começam a dar os primeiros passos.

Ação 4 – Apoio a novas empresas de base tecnológica através de incubadoras de empresas (Forum Brasil de Inovação)

O Sr. Rogério (Finep) relatou que essa ação é a repetição do Forum nacional de inovação que fornece suporte a novos empreendimentos com base tecnológica saindo da bancada para a pré-incubação, incubação, transferência de tecnologia e graduação de empresas em incubadoras de empresas de base tecnológica. Apesar do recurso ser pequeno apresenta grandes resultados.

Ação 5 – Apoio às ações da Rede Brasil de Tecnologia relativas à cadeia produtiva de petróleo e gás natural (Decreto nº 4.776, de 10/07/2003)

O Profº Grando (Presidente) informou que esta ação é objeto de um Decreto e desta forma é um programa estratégico do MCT através do Ministro Roberto Amaral. O Programa Rede Brasil de Tecnologia é uma articulação especializada de um conjunto de atribuições e esforços do MCT e tem parceria com MDIC e com entidades representativas tais como: SEBRAE, CNI e IET. O Sr. Marcelo Lopes (MCT) é o Secretário Executivo designado pelo Ministro para a Secretaria Executiva da RBT. Caso o Comitê, sinta necessidade, o Sr. Marcelo (MCT) poderá fazer uma apresentação da RBT para os membros desse Comitê.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica) disse não entender o destaque que está sendo dado ao Programa Rede Brasil de Tecnologia, haja vistas que existem outras redes, como exemplo Rede Gás, Rede Petro etc. O Profº Grando (Presidente) respondeu dizendo que a proposição do Ministério é fazer um consenso com o MME. Esclareceu que, a RBT não trabalha

exclusivamente na cadeia produtiva de petróleo e gás, mas também em outros setores tais como Energia, Aeronáutico, etc, inclusive a RBT está pleiteando recursos em diversos fundos setoriais. A Sra. Maria das Graças (MME) informou que a Petrobrás e o MMME estão assinando um termo de cooperação junto com a RBT através do MCT para alguns assuntos específicos tais como o desenvolvimento de fornecedoras da indústria nacional.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) explicou que esta rede é diferente das demais porque é formada para subsidiar a política específica setorial de cada uma dessas áreas de capacitação tecnológica industrial. A preocupação é que isso não se transformasse num esforço isolado: precisa ser articulado dentro das políticas existentes.

Ação 6 – Apoio a Estudos e Eventos do Setor de Petróleo e Gás Natural

O Sr. Rogerio (Finep) mencionou que a Finep e CNPq têm uma carteira de eventos e isto é feito de forma de fluxo contínuo. Relatou que a Finep já aprovou para este ano, cerca de R\$ 250 mil reais para eventos e ainda tem uma carteira de R\$ 300 mil até o final do ano que é quando acontecem vários eventos científicos. Adicionalmente sempre deixa uma e uma reserva técnica para eventualidades.

O Sr. José Roberto (CNPq) relatou que, no CNPq até recentemente, os eventos eram feitos sob a forma de fluxo contínuo. Os eventos eram aprovados e, se houvesse recursos e mérito, eles eram financiados. Agora o CNPq está trabalhando com editais.

II-5 Considerações

O Profº Grando (Presidente) franqueou a palavra aos Membros do Comitê e os convidados para manifestação.

O Sr. Osvaldo Trevisan (Comunidade Científica), comentou sobre a experiência passada nas questões de operacionalização que acaba tendo algum reflexo no atual modelo utilizado pelo CNPq e Finep, principalmente pelo fato do conhecimento do setor de gás e petróleo ser restrito e bastante concentrado. Em relação ao CNPq, informou que tem solicitado ao CNPq que fosse criado um Comitê Assessor para melhor tratar a questão. Informa que reitera o pedido nessa reunião do Comitê.

O Sr. Roberto Leite (CNPq) solicitou que os membros do Comitê Gestor assessore o CNPq na formação desses Comitês de Assessoramento ao CNPq para análise de projetos. O Sr. John Forman (ANP) ressaltou a importância do Comitê de Assessoramento ao CNPq para análise de projetos bem como a sua preocupação com a continuidade de investimentos nos centros já formados de modo a que haja uma consolidação dos mesmos. Externou o desejo que tais centros pudessem encampar a atividade de incubação de empresas. Manifestou a preocupação com dois pontos: em primeiro lugar, em relação com o lado humano, pois não tem visto isto nas linhas de ação definidas pelos Comitês e nem nos projetos propostos pelas instituições. Em segundo lugar, com a formação de recursos humanos adequados ao mercado

O Prof. Grando (Presidente) mencionou que os Presidentes dos Comitês estão propondo um destaque específico para a reengenharia dos cursos de engenharia e que esse assunto entraria no planejamento do CT-Petro sob forma de um plano estruturante para 2004.

O Sr. Roberto Jaguaribe (MDIC) relatou que todas as linhas de ação apresentadas são importantes, principalmente a linha de ação 2 (Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural) principalmente pela vinculação com o MDIC, mas lamentavelmente não contempla o preenchimento de lacunas relevantes da produção no Brasil. Propôs que deveria haver linhas para o apoio à incubação de empresas existentes (que não tenham vocação de inovação, mas que tenham o potencial de inovação) de modo a fazer a reengenharia capacitando as empresas para a inovação. Manifestou a preocupação que a Rede Brasil de Tecnologia se transforme num novo enfoque de política, em vez de ser apenas um instrumental de política.

O Sr. Alvaro Teixeira (Setor Produtivo) ressaltou a importância da linha de ação 2 (Apoio às empresas da cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural) e que esse tipo de linha de ação deve ser prioritário, pois nunca encarou que o CT-Petro como instrumento para pesquisa básica. Com relação as Redes Cooperativas, defendeu muito a criação dessa rede cooperativa no nordeste. Manifestou o desconhecimento em relação a exata função e modo de operação da Rede Brasil de Tecnologia

O Profº Grando (Presidente) terminando as considerações por partes dos membros do Comitê salientou a importância desse debate de modo a chegar em decisões consensuais.

A Sra. Maria das Graças (MME) sugeriu a criação de um grupo de trabalho para trabalhar junto ao MCT, e suas agências, para analisar os editais e as cartas convites dando um foco para o mercado para que o Comitê tenha segurança no processo. O Sr. Ralph (Setor Produtivo) apoiando a sugestão da Sra. Maria das Graças (MME) solicitou que, se o Comitê criasse o grupo de trabalho, indicaria a ABDIB para participação.

O Sr. José Roberto (CNPq) relatou da dificuldade do CNPq neste ano devido a grande quantidade de editais e os procedimentos de julgamento necessário bem como o de liberação de recursos ainda neste ano. Dessa forma, para esse ficaria ainda inviável o uso de alguns procedimentos sugeridos.

O Profº Grando (Presidente) propôs que a sugestão e a metodologia da Sra. Maria das Graças (MME) fosse debatida na próxima reunião.

III – DELIBERAÇÕES

III.1 – Aplicações de recursos

Não foi deliberada a aplicação de recursos na reunião.

III.2 – Itens para a próxima reunião

- Apreciação da ata da 20ª reunião
- Apresentação sobre a Rede Brasil de Tecnologia
- Deliberação sobre o plano de investimento de 2003

IV – ASSINATURAS

Francelino Lamy de Miranda Grando
Presidente do Comitê Gestor

Maria das Graças Silva Goster
Representante do MME

Sérgio Machado Rezende
Representante da Finep

José Roberto Leite
Representante do CNPq

John Milne Albuquerque Forman
Representante da ANP

Jailson Bittencourt de Andrade
Representante da Comunidade Científica

Osvair Vidal Trevisan
Representante de Comunidade Científica

Álvaro Alves Teixeira
Representante do Setor Produtivo

Ralph Lima Terra
Representante do Setor Produtivo